

Sistemas agroalimentares locais: diagnóstico da agricultura familiar alfenense

Maria Luísa Monteiro Martins
Universidade Federal de Alfenas
Everton Rodrigues da Silva
Universidade Federal de Alfenas
Fernando Batista Pereira
Universidade Federal de Alfenas

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi compreender a realidade socioeconômica dos agricultores familiares do município de Alfenas-MG. Essa investigação é importante em razão de analisar fatores capazes de influenciar a rotatividade geracional no campo. Para alcançar a compreensão proposta, realizou-se pesquisa de campo com aplicação de um questionário com perguntas objetivas e discursivas. O estudo confirmou a hipótese de que as políticas públicas são estratégicas para a agricultura familiar e trouxe indícios de que esses produtores têm caminhado para um cenário de renovação no campo, em contraposição ao que ocorre na América Latina e Caribe.

Palavras-chave: PNAE; PRONAF; políticas públicas; rotatividade geracional no campo

Área Temática 1 - Economia

Financiamento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Sistemas agroalimentares locais: diagnóstico da agricultura familiar alfenense

1. Introdução

A importância da agricultura familiar, enquanto categoria social que contribui para a soberania e segurança alimentar (SSAN), tem se demonstrado indiscutível, conforme apontado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A FAO destaca que a agricultura familiar é responsável pelo fornecimento da maior parte dos alimentos consumidos diariamente em todo o mundo, cerca de 80%, e faz isso ao mesmo tempo em que preserva produtos alimentares tradicionais, oferta alimentos diversos e resguarda a biodiversidade. Além disso, gera emprego e renda e promove a integração entre espaço rural e urbano.

Em um estudo voltado para América Latina e Caribe (ALC), a FAO apontou que a agricultura familiar “representa cerca de 81% de explorações agrícolas na ALC; fornece, em nível de país, entre 27% e 67% da produção total de alimentos; ocupa entre 12% e 67% das terras agrícolas; e gera entre 57% e 77% dos empregos agrícolas na região” (FAO, 2012, p. 18), sendo que, em 14 dos 17 países latinos e caribenhos é a responsável por mais 50% do emprego no setor agrícola. Contudo, apesar da significância multifuncional dessa categoria social, esses agricultores, muitas vezes são pobres e vivem em situação de insegurança alimentar (FAO, 2022).

A agricultura familiar desempenha suas atividades inserida em uma sociedade marcada pela hegemonia ou predominância do agronegócio, um modo social de produção voltado à especialização – tendência à monocultura – e foco nos mercados globais de commodities (Fernandes, 2004). A pobreza e a insegurança alimentar no campo podem ser associadas à influência exercida pela agricultura dominante que, dentre outros fatores, como descrito por Gazolla (2004), mercantilizou a produção familiar. Esse autor destaca que esse processo consiste na dependência instaurada pelo mercado, que passa a condicionar a reprodução social e econômica do agricultor familiar. Em certa medida, decisões como “o que plantar, quais atividades produtivas desenvolver e quais instrumentos e meios de produção usar no processo produtivo” são determinadas por questões mercadológicas (Gazolla, 2004, p. 32). Nesse viés, os agricultores passaram a produzir pouco para autoconsumo, dando destaque à especialização produtiva – em princípio, economicamente mais vantajosa. Assim como, passaram a adquirir produtos básicos em mercados ou supermercados locais, tornando-se consumidores comuns, sujeitando-se aos preços de mercado.

Nos estudos da FAO sobre a região da ALC, duas questões peculiares foram identificadas. A primeira foi que os agricultores familiares da região detêm apenas 23% das terras agrícolas e a segunda, através do estudo de Salcedo et al. (2014), que em todos os países estudados os chefes de fazendas possuíam cerca de 50 anos de idade. Esse dado demonstrou baixa rotatividade geracional e uma tendência de envelhecimento da população rural (FAO, 2022).

É nesse contexto que esta pesquisa ressalta a imprescindibilidade da discussão da questão socioeconômica do campo, que implica debates que envolvem a rotatividade geracional da atividade, a verificação da permeabilidade das políticas públicas e seu impacto para o orçamento familiar desses agricultores. Este estudo não visa realizar uma generalização estatística, sua finalidade é permitir uma generalização analítica, que busca a realização de associações a fenômenos similares, já que a categoria social “agricultura familiar” é composta por diversas famílias, em vários lugares do mundo, mas que, maneira geral, é apontada como a responsável por expressivos números oriundos de uma coletividade, que possui como

característica comum a busca por sobrevivência no/do meio rural, ainda que inseridos em uma conjuntura social que privilegia as grandes empresas do setor alimentício.

Por isso, este estudo busca compreender a realidade socioeconômica dos agricultores familiares do município de Alfenas (MG), gerando um diagnóstico que apresenta dados demográficos e, mais do que isso, demonstra suas percepções e aspirações sobre questões como: políticas públicas; interesse dos filhos em continuar ou não a atividade rural, o que é ser um agricultor familiar, dentre outros. Para tal, foi realizada pesquisa de campo envolvendo a aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, direcionado a agricultores familiares fornecedores de alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Alfenas-MG.

Este trabalho é composto, além desta introdução, pelas seguintes seções: a próxima, que trata da conceituação de temas, a terceira que expõe a metodologia empregada, seguida pela seção dos resultados e discussão e, por fim, das considerações finais.

2. A interligação entre a agricultura familiar, a sociedade e as políticas públicas

A produção e o consumo de alimentos envolvem fatores relacionados ao clima, à cultura, à desigualdade de recursos e diversidade de ecossistemas (Mazoyer; Roudart, 2010). O ato de alimentar-se pressupõe a existência de processos anteriores e posteriores à própria alimentação, os chamados “sistemas agroalimentares”, um termo que significa a existência de uma cadeia produtiva, uma soma de processos que se inicia nos procedimentos de cultivo até o consumo e descarte dos alimentos (Elias, Belik, Oderich, 2019; Preiss; Schneider, 2020; Souza; Fornazier; Delgrossi, 2020). Dessa forma, sabendo que há a pluralidade de ecossistemas, culturas, clima e até mesmo de desigualdade de recursos, é possível identificar formas distintas de se produzir. Assim, também são plurais as interligações entre campo e sociedade. Elas acontecem através de relações sociais distintas, dois modelos que ligam a produção e o consumo de alimentos: os *circuitos curtos* ou descentralizados, e os *circuitos longos* ou fortemente centralizados. Os primeiros são voltados ao atendimento das demandas de uma sociedade regional e trazem proximidade entre a produção e consumo, enquanto os segundos são compostos por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos, com foco na produção voltada para uma escala mundial (Van Der Ploeg, 2008).

Tendo em vista a investigação proposta nesta pesquisa, a discussão realizada aqui tem como foco e *locus* as cadeias curtas de produção. Trata-se de um tipo de venda direta em que o produtor encurta distâncias físicas, sociais, culturais e econômicas entre o mundo da produção e do consumo, vendendo diretamente ao consumidor, como em feiras livres, ou sendo interlocutores, como quando vendem aos restaurantes (Gazolla; Schneider, 2017). Esse tipo de cadeia se organiza ou é classificada em três categorias: interação face a face, cadeias de proximidade ou cadeias estendidas. A primeira é constituída de mercados de agricultores, vendas de estrada, entregas em domicílio, comércio eletrônico. A segunda por lojas agrícolas, marcas regionais, cooperativas, feiras, lojas locais e a terceira pela criação de rótulos ou códigos de certificação de qualidade (Renting; Marsden; Banks, 2003). Ainda nessa temática, Gazolla e Schneider (2017) destacam que cadeias curtas face a face são aquelas em que agricultores interagem diretamente com consumidores e que, para isso, é necessária a existência de aspectos sociais como confiança e autenticidade. Cadeias de proximidade espacial são aquelas em que os produtos são produzidos e distribuídos em uma determinada região de produção e, geralmente, os consumidores buscam estes alimentos no local de produção ou de comercialização. Já as cadeias espacialmente estendidas são identificadas pela necessária transmissão e tradução de valores e informações em torno dos produtos e do local de produção aos consumidores que estão fora da região produtora.

Grande parte da agricultura familiar (AF) constitui forma de interligação com a sociedade, através de sistemas curtos de alimentação. Essa categoria é identificada pelo fato de que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho no estabelecimento produtivo (Wanderley, 1996).

No Brasil, os movimentos sociais reclamaram do Estado brasileiro políticas direcionadas à agricultura familiar, que buscassem auxiliar a produção e escoamento de alimentos produzidos pela categoria. Como grande parte desse processo, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se tornou uma política pública de afirmação para esses agricultores, que passaram a ter apoio institucional e acesso ao crédito para manutenção da atividade (Schneider, 2003). O programa é fruto de uma dotação orçamentária do governo federal brasileiro, que anualmente oferece crédito de custeio e investimento para produtores rurais. O valor desses recursos é divulgado anualmente através do Plano Safra, que em 2022/2023 disponibilizou R\$ 340,88 bilhões de reais para o crédito rural no país. Desse total, a quantia direcionada ao PRONAF (portanto à agricultura familiar) foi de R\$ 53,61 bilhões, valor que corresponde a percentual inferior a 16% do total disponibilizado.

Apesar do baixo percentual reativo destinado à agricultura familiar, essa política é histórica e exerce função estratégica para permitir ao produtor a realização de investimentos no estabelecimento rural, permitindo, assim, a sobrevivência da agricultura familiar em todo o país (Aquino; Schneider, 2015). Uma luta que passa não apenas pela desigualdade de acesso aos recursos públicos, mas também pela concentração de terras, que é um problema histórico, oriundo do período colonial brasileiro. Politicamente, a questão agrária faz referência aos problemas causados por uma estrutura fundiária, que é concentrada, composta por grandes diferenças de quantidade e/ou tamanho das propriedades (Stedile, 2011; Prado Júnior, 2014).

O último censo agropecuário, realizado no Brasil em 2017, evidenciou que a agricultura familiar representava 76,8% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ou cerca de 3,9 milhões, mas que detinha apenas 23,0% da área agrícola total. Uma concentração de terras que não impediu a categoria de ofertar aos brasileiros, no mesmo período, a maioria dos alimentos consumidos diariamente em sua dieta, como é o caso do café e da banana (48%), da mandioca (80%), do abacaxi (69%), do feijão (42%) – percentuais que levam em consideração o valor de produção (IBGE, 2019).

Portanto, é possível inferir que mesmo diante de várias dificuldades a agricultura familiar brasileira produz em quantidade e diversidade. Contudo, para que essa produção possa chegar à mesa do consumidor há um longo caminho. Um deles é por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma política pública federal popularmente chamada de merenda escolar. Ele foi implantado em 1955 e modificado em 2009 pela Lei 11.947. Oferece alimentação escolar a estudantes da rede pública de ensino municipal e estadual de todas as etapas da educação básica, assim entendidas como ensino infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos (EJA) e, desde 2009, com a sua alteração, passou a privilegiar a agricultura familiar para que pelo menos 30% de seus recursos sejam utilizados para a compra direta de produtos desses estabelecimentos.

Essa determinação, de percentual mínimo de contratação, se transforma em mercado para a agricultura familiar, gerando um efeito multiplicador de emprego e renda. Além disso, o programa beneficia os alunos das escolas públicas, que terão em sua dieta alimentos diversificados e frescos, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento da agricultura local e a conexão da produção e do consumo, através de sistemas curtos de alimentação (Grisa; Schneider, 2014; Triches; Schineider, 2015).

O sucesso desse tipo de política é reconhecido em todo o mundo. Vale destacar que os programas de alimentação escolar enfrentaram desafios durante a pandemia de Covid-19, e que países considerados como de baixos rendimentos não têm conseguido recuperar o desempenho

ou alcance da política na mesma proporção do que países considerados de maiores rendimentos. Mas, o World Food Programme destaca que se “bem organizados, os programas de alimentação escolar melhoram a saúde e a educação das crianças, tornam as comunidades mais resilientes, promovem a igualdade de gênero e apoiam as economias nacionais e a estabilidade social”. Sustenta, ainda, que “[...] são, realmente, o melhor investimento que qualquer governo pode fazer” (WFP, 2022, p. 3).

Nesse quadro, as políticas públicas abordadas geram impacto positivo a todos os atores envolvidos nas relações sociais que ocorrem em torno da temática da alimentação. Em princípio, os produtores conseguem produzir, através do crédito oferecido pelo PRONAF, e têm sucesso na distribuição de produtos, dentre outras formas, pelo PNAE.

Dessa forma, é importante compreender se, de fato, essas pessoas têm tido acesso à essas políticas, qual a sua percepção sobre elas, qual o interesse da nova geração - tendo em vista o papel importante que desempenham –, o que significa ser agricultor, dentre outros assuntos. Para isso, foi necessário realizar o percurso metodológico descrito na próxima seção.

3. Metodologia

Este estudo é resultado de parte de uma pesquisa de mestrado que se propôs a fazer uma pesquisa documental e de campo acerca dos agricultores familiares do município de Alfenas, Sul de Minas Gerais. Foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas e direcionado ao público de agricultores familiares fornecedores de alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em Alfenas - MG. Esse recorte foi proposto em razão da necessidade de delimitar a população pesquisada e, principalmente, pelo fato de que, majoritariamente, esses agricultores estão inseridos em ambas as políticas públicas aqui exploradas¹.

Como já ressaltado, este estudo não busca realizar uma generalização estatística, sua finalidade é permitir uma generalização analítica, com vistas à realização de associações a fenômenos similares, já que a categoria social “agricultura familiar” é composta por diversas famílias, em vários lugares do mundo, mas que, de maneira geral, é apontada como a responsável por expressivos números oriundos de uma coletividade, que possui como característica comum a busca por sobrevivência no/do meio rural, ainda que inseridos em uma conjuntura social que privilegia as grandes empresas do setor alimentício.

A identificação dos respondentes do questionário foi realizada a partir da consulta aos documentos que credenciaram os agricultores como fornecedores de alimentos ao PNAE (Chamada Pública 001/2022 da Prefeitura de Alfenas - MG). Ficou identificado que esses fornecedores pertenciam a três associações: Associação de Mulheres Agricultoras Artesãs da Comunidade Rural dos Bárbaras (AMAACORB); Associação de Agricultores Familiares de Alfenas e Região (AAFAR) e Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Alfenas (AFFLA).

Inicialmente, o número de agricultores familiares que faziam parte delas e seriam convidados a participar como respondentes do questionário era de 18; 40 e 14, respectivamente, totalizando 72 agricultores. A identificação desses produtores, associados, foi possível em razão da publicidade do processo resultante da chamada pública realizada pela prefeitura do município. Esse documento contém a Declaração de Aptidão (DAP) das três associações credenciadas, que por sua vez menciona a DAP individual de todos os agricultores familiares que as integram².

¹ Onde se lê agricultores, considerar também a existência de agricultoras. Pois, o público abordado era composto majoritariamente e não absolutamente por homens.

² A chamada pública analisada refere-se ao ano de 2022, por isso a utilização de Declaração de Aptidão (DAP) e não Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), emitido a partir de novembro de 2022.

A partir disso, verificou-se, no decorrer da pesquisa, que foi publicado novo edital ou chamada pública (de nº 001/2023), que credenciou as mesmas associações. Esse novo certame trouxe uma alteração, qual seja, o quantitativo de agricultores familiares participantes das associações e, portanto, fornecedores do PNAE, que antes era de 72 e passou a ser de 64 pessoas. Ainda nesta seara, identificou-se que oito agricultores eram cadastrados em mais de uma associação, o que é totalmente possível, e que dois trabalham com aquicultura e pesca, razão pela qual não entregam os produtos de hortifruti requisitados na chamada pública que deu origem a este recorte. Desse modo, o universo de respondentes do questionário passou a ser de 54 agricultores familiares.

Determinado o universo de respondentes do questionário (Anexo 1) restou necessário verificar seu procedimento técnico. Segundo Gil (2008) suas etapas são: a constatação de sua eficácia para a verificação dos objetivos; a determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste.

Dessa forma, vencida as quatro primeiras etapas, foi realizado um pré-teste com quatro agricultores escolhidos aleatoriamente – uma da AMAACORB, um da AFFLA e dois da AAFAR, já que é a associação mais numerosa. Vale frisar que os respondentes só foram abordados após a devida aprovação do conteúdo da pesquisa e do questionário em Comitê de Ética em Pesquisa.

As abordagens do pré-teste, assim como na aplicação definitiva do questionário, foram feitas presencialmente e demonstraram a necessidade de pequenos ajustes no questionário para que estivesse apto à realidade das três associações. Realizadas as adequações buscou-se por 50 respondentes, considerando a exclusão daqueles que responderam ao pré-teste.

Para localizá-los foi utilizada a amostragem em bola de neve (Vinuto, 2014). A localização dos respondentes do pré-teste foi possível em razão de um contato anterior realizado com os presidentes das associações, que indicaram que alguns agricultores vendiam seus produtos na feira que ocorre na cidade, às quartas-feiras. Por sua vez, os respondentes dos pré-testes informaram que diversos agricultores estariam na feira que ocorre aos domingos, que é muito maior do que a realizada na quarta-feira. Cada um dos respondentes foi localizado a partir da indicação de seus pares, seja na feira livre, na comunidade rural ou na cidade.

Do total de 50 agricultores familiares participantes/fornecedores do PNAE no município de Alfenas-MG, a pesquisa de campo retornou 25 questionários respondidos presencialmente. Os resultados dela foram analisados através de estatística descritiva, o que compreende técnicas e maneiras mais usuais, como frequências (Sampaio; Lycarião, 2021). As questões abertas, analisadas da mesma forma, foram categorizadas por temas, a partir de um processo dedutivo.

4. Resultados e discussão

Os primeiros dados que se buscava conhecer eram aqueles relacionados às características da população investigada. Inicialmente, ficou constatado que a maioria da amostra dá continuidade ao trabalho rural iniciado por algum familiar (88%). Dentre todos os respondentes, 64% sempre trabalhou na atividade e 28% são trabalhadores rurais a pelo menos 5 anos, enquanto 8% o são de 5 a 10 anos.

Esses dados auxiliam para explicar a predominante condição de proprietários da terra cultivada (88%), vez que, por darem continuidade à atividade desenvolvida pela família podem ter recebido a propriedade como herança - os demais são arrendatários (8%) ou posseiros (4%).

A partir disso, aqueles que continuam a atividade iniciada pela família foram questionados quanto a possíveis mudanças ocorridas ao longo do tempo no processo produtivo utilizado. A metade deles informou que continua produzindo os mesmos produtos cultivados por sua família, e a outra metade não. Dentre esses últimos, alguns aumentaram a diversidade

de produtos produzidos e outros diminuíram – os exemplos predominantes são da mandioca e do alho, que produtores deixaram de cultivar para se dedicarem apenas às folhas. Quanto a forma de se produzir os alimentos, 72% sinalizaram mudança e 16% não. Para os primeiros, essa mudança foi para melhor (68%) ou pior (4%).

Diante desse resultado, era importante compreender o que, de fato, foi modificado no cultivo dos alimentos. A partir do agrupamento das respostas em temas, ficou evidenciado que para os respondentes que sinalizaram alteração no processo produtivo o uso da tecnologia foi o principal fator modificativo (52%). A condição da terra também foi um fator citado (12%) – os outros foram: a vivência das pessoas (4%) e a diversificação da produção (4%).

O fato de a tecnologia ter sido apontada como o principal fator mudança é um resultado bastante relevante. Isso porque espera-se que a melhora ou a facilitação dos processos estimule a manutenção dos agricultores e a rotatividade geracional no campo. Sobre isso, um(a) respondente afirmou: “A atividade anterior era mais pesada. Hoje é mais fácil” (RESPONDENTE 1). Vale destacar que esta pesquisa incorporou respostas que versaram sobre a utilização de adubos e agrotóxicos à categoria “tecnologia” e que a segunda categoria com maior frequência, a condição da terra, contemplou respostas como: “as terras eram mais descansadas, hoje usa mais agrotóxico, era mais natural. Tem que usar o agrotóxico porque hoje dá muito problema de doença” (RESPONDENTE 2) e “deixou de cultivar porque a terra está cansada” (RESPONDENTE 3). Com relação à comercialização do que é produzido, apenas um agricultor(a) disse não trabalhar na comercialização dos produtos.

A administração do estabelecimento rural, ou seja, quem é o responsável por sua gestão é exercida, em sua maioria, pelo respondente com a ajuda de algum familiar (56%), 36% fazem a gestão sozinhos e 5% deixam a cargo de um familiar. Nesse cenário, buscou-saber a faixa etária desses gestores, constatando que é bastante diversificada, estando mais concentrada entre 55 a menos de 75 anos (60%) – 36% possuem de 18 a menos de 45 anos e 4% possuem de 45 a menos de 55 anos. Esse resultado, de maneira geral, pode corroborar com a preocupação da FAO com envelhecimento da população rural.

A escolaridade do produtor também é um assunto importante a ser explorado, em razão do seu potencial para influenciar a vida de cada um deles, mas também pela possibilidade de se investigar se o cenário permanece o mesmo em relação aos seus descendentes. Em especial, um fator que pode ser determinante não só para uma possível qualidade e progressão de vida, mas para que não seja esse o motivo pelo qual os jovens tenham que buscar a vida na cidade. Ficou constatado que parte significativa deles possui ensino fundamental incompleto (44%), seguido por aqueles que terminaram o ensino médio (36%) – 4% possuem o ensino fundamental, 8% o ensino médio incompleto, 4% ensino superior ou pós-graduação, enquanto 4% nunca frequentou a escola. Assim, é possível apontar que a maioria não conseguiu ao menos terminar o ensino considerado fundamental, um quadro preocupante que implica a necessidade de que as próximas gerações tenham mais acesso ou tenham maior interesse pelos estudos.

Por isso e em razão da maioria (84%) morar no estabelecimento ou comunidade rural e possuir filhos (80%), foi investigado se o deslocamento até a cidade era algo dificultoso e, ainda, se havia ou não escolas na comunidade rural, e se havia dificuldades para o chegar até ela. No primeiro caso, a maioria informou não ter dificuldade no deslocamento (56%), mas 36% dos entrevistados disseram que a dificuldade é a estrada, que é classificada como ruim ou péssima – 8% apontaram como dificuldade não possuírem veículo próprio. No segundo, identificou-se que a maioria (64%) apontou a existência de escola na comunidade rural e ausência de dificuldades para se chegar até ela. Destaca-se que 16% não souberam responder sobre o tema e 8% informaram não existir escolas na comunidade – Um(a) respondente (4%) informou não haver crianças na comunidade onde reside; da mesma forma outro(a) informou que há escola, mas seu(sua) filho(a) estuda na cidade (4%), e um(a) apontou que há escola, mas também existem dificuldades para se chegar até lá (4%).

Um ponto importante a ser salientado é o de que vários respondentes, até mesmo aqueles que não possuem filhos ou que possuem, mas fora da idade escolar, elogiaram a escola rural da comunidade e deram a sua opinião sobre o assunto. A maioria informa que há escola na comunidade e que não há dificuldades de deslocamento até ela. Isso foi justificado pela existência de transporte escolar que apanha as crianças em casa e as leva até a escola. Diversos agricultores disseram que isso é uma melhora muito grande, pois quando estudavam precisavam percorrer grandes distâncias a pé para conseguir chegar até a escola. Como dito, apenas um(a) respondente disse que, apesar de haver escola, existem dificuldades para se chegar até ela. Isso foi sustentado por ele(a) em razão de que reconhece a existência da facilidade do transporte escolar, mas que como a van busca as crianças em casa e a estrada é muito ruim, ainda assim esse deslocamento é prejudicado. Disse ele(a): “Várias vezes precisou de puxar a van de trator por causa dos buracos” (RESPONDENTE 2).

Como se percebe, a estrada foi indicada, mais uma vez, como um problema. A pesquisa de campo permitiu compreender um pouco sobre este argumento, citado como um dificultador tanto para o deslocamento até a cidade como para a escola. Em visita à comunidade rural, foi possível vivenciar, em ínfima escala, a realidade dos respondentes. Ficou constatado que do perímetro urbano até a entrada da comunidade rural, a estrada é de asfalto e está em excelente estado. A partir daí até o centro comunitário, lugar das primeiras conversas, a estrada é de terra, mas é batida e cascalhada, consideravelmente boa. Até então, não havia dimensão do motivo pelo qual os agricultores viam problemas nas estradas, mas a partir do momento em que foi necessário ir até uma residência ficou claro que das casas até a estrada principal há grandes buracos, inclusive apresentando riscos para os veículos que trafegam.

Nesse contexto, identificado que a estrada constitui um problema que impacta a vida dos agricultores de diversas maneiras e que deve ser solucionado, era importante também conhecer a qualidade do transporte escolar. Pois, não basta existir um veículo que faça esse deslocamento, mas também que ofereça segurança e conforto para as crianças. Foi identificado que para 76% dos respondentes o transporte é bom ou ótimo – 16% não souberam responder e 8% não se aplica.

Na mesma esteira, com o intuito de verificar quesitos que contribuam para o interesse e fixação desses agricultores no campo, a sua rotatividade geracional, buscou-se saber se os filhos dos respondentes também trabalham na atividade rural. O resultado, ainda que em um primeiro momento, demonstra a materialização da preocupação da FAO (2022), pois 52% da amostra respondeu que os filhos não trabalham na atividade rural. Ao contrário, apenas 28% dos respondentes apontaram que os filhos trabalham nas atividades agrícolas, enquanto para 20% a pergunta não se aplica.

Em contrapartida, não se pode negar que o presente estudo pode sinalizar para certa tendência de renovação dessa população. Isso porque 36% dos agricultores mencionaram que os filhos têm interesse no trabalho rural, enquanto 28% correspondem a opção não se aplica, que não contempla apenas os agricultores que não tem filho(s), mas também aqueles que são pais de crianças que não possuem idade para o trabalho e nem para escolher em continuar ou não a atividade rural. Nesse sentido, a vontade de prosseguir pode ser influenciada pelos próprios pais, que por motivos variados gostariam (48%) ou não (32%) que seus filhos continuassem a atividade, sem considerar aqueles que devido à pouca idade dos filhos não gostariam de opinar, para que isso fique a critério da criança (20%).

Nesse viés, os agricultores foram questionados quanto aos motivos que justificam a falta de interesse dos filhos em dar continuidade à atividade rural. A resposta de um(a) deles gerou duas categorias distintas, pois abordou mais de um tema. O total delas deixou demonstrado que os motivos preponderantes para que os descendentes não demonstrarem interesse em prosseguir na atividade rural está relacionado às dificuldades que a circundam. Dentre elas foram elencadas: (I) o trabalho braçal (37,5%), que pode ser penoso tendo em vista a exposição ao sol

e o esforço físico; (II) o intitulado baixo retorno financeiro (12,5%) e; (III) a falta de investimentos do governo (12,5%) – o interesse natural por outra atividade representou 37,5%, e a ausência de convívio com pai/mãe (pais divorciados), 12,5%.

Entre os motivos pelos quais os pais gostariam que seus filhos continuassem a atividade rural, a tradição ou herança foi predominante (41,67%). Já para aqueles que não expressam esse desejo, a dificuldade do trabalho rural foi a principal razão. Eles indicam que por isso preferem que os filhos sigam outros caminhos. Alguns disseram: “Procurar condições melhores para os filhos. Não quero que sofram igual eu sofri” (RESPONDENTE 4) ou “Para estudarem. Porque na roça é sofrido, sol quente. Você planta e fica à mercê do tempo, como a geadá” (RESPONDENTE 5).

Diante de tudo isso, para que se concretize a vontade dos pais que sonham com a continuidade do trabalho rural, ou ainda que haja maior interesse, é necessária a existência de fatores como os já abordados: o ensino de qualidade; transporte público para o deslocamento até a escola; e estradas que não apresentem risco. Mas, além disso, é preciso que consigam extrair sua renda unicamente de seu estabelecimento rural. Segundo Mazoyer e Roudart (2010) a busca por renda fez com que algumas famílias agricultoras se dividissem entre o trabalho no campo e a busca por empregos temporários e permanentes, fora do estabelecimento rural, o que enfraquecia a capacidade de produção e os forçava ao êxodo para as periferias da cidade. A população pesquisada, majoritariamente, consegue extrair da atividade rural o necessário para custear suas despesas (56%), mas 28% informaram que a complementação é necessária, enquanto para 16% a renda rural não é suficiente. Aqueles que necessitam de complementação esporádica da renda fazem isso principalmente através de faxinas ou de aposentadoria.

Por isso, foram questionados se, em sua percepção, seriam capazes de aumentar sua produção, caso existisse maior escoamento dela. A maioria (80%) sinalizou que sim e 16% que não – 4% não soube responder. Dois dos agricultores disseram não ter possibilidades de produzir mais para uma possível demanda porque consideram que sua idade, um entre 55 e 65 anos e o outro de 75 anos ou mais, não os permitiria maiores esforços. Dentre os que se propõem a aumentar sua produção, todos disseram que o intuito seria aumentar suas vendas para ganhar mais dinheiro. Um dos agricultores destacou as dificuldades enfrentadas para a venda para mercados e hortifrutis: “Eles exigem nota fiscal e não temos, gostaria de vender porque tem produto que falta lá e não compram por causa da nota fiscal. É bom porque tem mais lugar para vender. Mas pagam pouco para nós e vendem caro” (RESPONDENTE 2).

Nesse cenário, as políticas públicas são estratégicas. No Brasil, uma delas é o já citado PRONAF, que oferta crédito para custeio e investimento no estabelecimento rural e contribui para a sobrevivência da agricultura familiar (Aquino; Schneider, 2015). Por isso, os agricultores foram questionados se já haviam tomado algum tipo de crédito. Ficou identificado que 56% deles já tomaram crédito e desses 100% utilizaram o PRONAF – um respondente do pré-teste, que teve suas respostas desconsideradas, foi o único a dizer que tomou crédito de outra natureza, mas que o fez em razão de sua documentação de produtor não estar concluída e que, após a resolução da questão, passou a utilizar-se somente do PRONAF. Essa informação é relevante pelo fato de que outros tipos de crédito podem onerar de forma excessiva o produtor, que poderá pagar taxas de juros mais altas do que a ofertada no âmbito do PRONAF.

Com efeito, para que essa política seja realmente efetiva, o acesso ao crédito deve ser amplo. Contudo, na visão de quase 65% dos respondentes que já tomaram crédito, há dificuldades no processo. A maioria justificou que isso ocorre em razão da grande quantidade de documentos que é exigida. O produtor acha difícil organizar a documentação solicitada pelas instituições financeiras, mas, provavelmente, a exigência deve ser padrão e realmente necessária. O cerne do problema pode ser o fato de que grande parte deles possuem baixa escolaridade – conforme visto, 48% têm, no máximo, fundamental incompleto - e, por isso, a dificuldade para apresentar a documentação. Alguns, ainda, relataram que as maiores

dificuldades são: a necessidade de avalista; que somente os grandes produtores são bem atendidos e que há tentativas de venda casada por parte das instituições financeiras. O valor liberado também é uma questão a ser avaliada, a maioria (quase 79%) informou que a quantia foi compatível com suas necessidades.

Um cenário diferente ocorre em outra política pública que participam. O PNAE, conforme explicado, é voltado à alimentação de estudantes da rede pública de ensino municipal e estadual de todas as etapas da educação básica. Os respondentes demonstraram a sua função é também estratégica, pois 56% apontaram que sem ele seu orçamento familiar ficaria descontrolado, 28% que não conseguiriam manter seus rendimentos e 16% que o orçamento permaneceria da mesma forma. Contudo, tendo em vista que em Alfenas-MG o fornecimento de alimentos ao PNAE é realizado através de agricultores que fazem parte de associações, a questão da documentação aqui não representa um problema, pois é a associação a responsável por reunir e apresentar os documentos necessários para o credenciamento na política pública. O que é importante nisso é que 100% dos agricultores disseram nunca ter deixado de fornecer alimentos em razão de problemas ou ausência de documentação.

Nessa seara, foram questionados sobre quais seriam as vantagens em ser membro de associações. A maioria (44%) informou que são elas as responsáveis por participarem da entrega de produtos à merenda escolar e que elas organizam documentações gerais (28%) – 4% disseram que elas buscam recursos públicos para o produtor, e 24% não souberam ou veem vantagens.

A principal vantagem identificada por eles é a possibilidade do agricultor se tornar fornecedor do PNAE através de sua associação e ter seus produtos entregues por ela. Por isso, também era importante saber se há algum custo ou mensalidade para se associar. Para 72% dos respondentes há um valor a ser pago, sendo que metade deles informam que há um percentual de 6% das vendas que é retido pelas associações para o pagamento de custos como folha salarial e eventuais despesas e a outra metade não sabe informar percentuais ou valores.

Dessa forma, é flagrante o papel essencial das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e, como já trazido nesta pesquisa no âmbito do PNAE, o World Food Programme destacou que esse tipo de programa se constitui como o melhor investimento adotado por um governo (WFP, 2022). Assim, no caso brasileiro, o PRONAF é a política capaz de fomentar, através de crédito, a produção rural, enquanto o PNAE representa uma das formas de mercado institucional, capaz de fornecer o escoamento da produção. Isso se demonstra ainda mais relevante quando os agricultores são questionados sobre a venda dos produtos, se vendem ou já venderam para estabelecimentos como mercados, supermercados, hortifrutis ou cooperativas. A maioria informa que não (64%), mas que gostariam de vender (52%). Atualmente, para 32% dos agricultores familiares as vendas ocorrem somente através da merenda escolar (PNAE), 50% também através da Feira Livre de Alfenas-MG, 7% pela venda direta em sua propriedade, 3% no mercado de grãos, 4% através de caixinha de produtos (entrega em domicílio) e 4% para restaurantes.

Como se percebe, praticamente, a única forma de escoamento da produção, além do PNAE, é a feira livre do município. Outros mercados ainda são distantes para a agricultura familiar, o que destaca, ainda mais, o papel das políticas públicas e dos governos nacionais e subnacionais. Por isso, buscou-se conhecer a percepção desses agricultores quanto ao incentivo ou ajuda do município – lembrando que o PNAE é um programa do governo federal e a Feira Livre é uma iniciativa municipal. Majoritariamente, eles acreditam que não há auxílio ou incentivo municipal (56%). Para 36% dos entrevistados, esse auxílio ou incentivo existe em razão da disponibilização de trator para “aluguel” na comunidade ou em razão da disponibilização do transporte escolar, ou, ainda, dentre aqueles que não especificam o tipo de ajuda, que ela “depende da gestão municipal” – 4% apontaram a merenda escolar como auxílio e 4% não souberam responder.

A maioria julga não haver auxílio ou incentivo por parte do município aos agricultores familiares e, dentre aqueles que acreditam haver algum, o principal benefício é a disponibilização de um trator para a comunidade. Esse veículo fica disponível na comunidade rural e pode ser utilizado desde que o agricultor solicite, entre na fila e pague pelos gastos de combustível e manutenção. Isso evidencia a falta de estrutura vivenciada nesses estabelecimentos rurais, ainda que haja política públicas voltadas para esse tipo de investimento. Isso se evidencia até mesmo pelo fato de que esses agricultores destacaram que a disponibilização de apenas um trator não tem conseguido suprir a demanda da comunidade de produtores.

Nesse viés, eles formularam algumas sugestões para que os municípios busquem fornecer melhores auxílios - mais de um agricultor sugeriu mais de uma ação a ser desenvolvida pelo poder público. Dentre elas, 28% versam sobre o aumento do número de produtos adquiridos para a merenda escolar (PNAE). No caso do município de Alfenas-MG, a prefeitura realiza o pregão de produtos como o feijão, que é produzido por agricultores familiares fornecedores do PNAE, porém este grão não é relacionado no portfólio de produtos adquiridos da agricultura familiar. Seria esse um exemplo de que aumentar a aquisição de produtos desses agricultores é algo possível.

Ações que envolvam o subsídio da atividade também foram citadas (24%), como o intitulado “fundão agrícola da prefeitura”, realizado e cessado há anos pela Prefeitura de Alfenas, que distribuía insumos e sementes. Alguns agricultores apontaram que isso deveria ocorrer com a frequência de 2 vezes ao ano e que deveria haver uma padronização nas formas de acesso a esse benefício, além de aviso prévio. Isso porque vários deles ficaram de fora da última edição do programa. O que, segundo eles, gerou desproporcionalidade em favor dos que tiveram acesso à informação e realizaram os cadastramentos necessários.

A oferta de treinamento ou orientação para os responsáveis pelo preparo da merenda nas escolas também foi algo sugerido (8%), referindo-se aos(as) funcionários(as) das escolas, que recebem os alimentos do PNAE. Os agricultores disseram que já entregaram alimentos diretamente nas escolas e que percebem que são deixados em cantos inadequados, sem refrigeração, e que passam a noite ensacados, o que faz com que os alimentos fiquem feios e gerem reclamações posteriores.

Há quem tenha alertado a necessidade de que existam campanhas de valorização da agricultura familiar, trabalhos que possam integrar produtores e consumidores (8%). Uma iniciativa seria excursões escolares às plantações da agricultura familiar, que seria uma forma simples de promover o reconhecimento para os agricultores e proporcionar às crianças o contato com o campo, uma atividade que, possivelmente, estaria distante de sua realidade. Além disso, essa iniciativa poderia contribuir para a valorização da economia local, pelo fato de as crianças levarem informações aos familiares e até mesmo pelo fato de influenciarem o interesse delas pela atividade rural. Finalmente, cabe registrar que vários agricultores não apresentaram sugestões.

5. Considerações Finais

Através da realização de pesquisa de campo direcionada aos agricultores familiares fornecedores de alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na cidade de Alfenas-MG, buscou-se a compreensão da realidade socioeconômica desses agricultores. Como ressaltado, a intenção desta pesquisa não era realizar uma generalização estatística, mas analítica, ao passo que permite associações a fenômenos similares ligados à categoria social “agricultura familiar”. Constatou-se que fatores como o acesso ao ensino de qualidade, que contempla a disponibilidade de transporte público e de escolas rurais, e melhores condições de

trabalho no campo são estratégicos para garantir a fixação do agricultor familiar e sua família no campo.

Com efeito, confirmou-se a hipótese de que as políticas públicas são imprescindíveis para a existência e fomento da agricultura familiar. Além disso, apontou para um importante sinal de renovação no campo, embalado não apenas por elas, mas também pelo desejo de dar sequência a uma tradição que passa de geração em geração, pela superação das dificuldades do trabalho, proporcionada principalmente pela tecnologia.

Desse modo, este estudo demonstrou que, como a realidade da América Latina e Caribe, a maioria dos descendentes não trabalham no meio rural, mas sinalizou uma tendência de renovação pela demonstração de interesse de jovens em dar sequência a atividade familiar. Isso, aliado ao desejo dos pais e a políticas públicas voltadas à categoria pode ser determinante para mudar o cenário já constatado de envelhecimento da população rural.

Sugere-se que trabalhos futuros se ocupem dessa nova geração, para compreender se o desejo dessas crianças e adolescentes, de fato, se concretizou ou se deixaram a atividade por fatores que poderiam ser influenciados pelo Estado em todos os seus níveis de atuação.

6. Referências

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. Brasília: Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 56, p. 123-142, 2018.

ELIAS, Lilian P.; BELIK, Walter; HOPPE ODERICH, Edmundo. A construção de um sistema alimentar sustentável e a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9., 2019, Santa Cruz do Sul, RS. Anais [...]. 2019. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2004. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em: 13 out. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATIONS OF THE UNITED NATIONS (FAO). Agricultura familiar: dos conceitos à prática. 2022. FAO Capacitación, 2022.

GAZOLLA, Marcio. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Dissertação, UFRS, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Brasília: Revista de Economia e Sociologia Rural, [s. l.], v. 52, p. 125-146, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de

trabalho. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dosestabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 13 out.2022.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira: a questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sérgio (org.). Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and planning A*, [s. l.] v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília, DF: Enap, 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, p. 99-122, 2003.

STEDILE, João P. *Questão Agrária no Brasil: v. 1: o debate tradicional—1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, A. B.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo: v. 23, p. 1-20, 2020.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de desarrollo rural*, Colômbia: v. 12, n. 75, p. 55-75, 2015.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2008.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP: v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.

World Food Programme (WFP). *Estado da alimentação escolar no mundo em 2022*. Disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000148032/download/> . Acesso em: 12 dez. 2023.

Anexo I

Questionário destinado aos produtores(as) rurais das associações credenciadas para abastecimento da merenda escolar do município de Alfenas – MG

1. Há quanto tempo é agricultor ou produtor rural?

- Menos de um ano De cinco a dez anos
 De um a cinco anos Sempre trabalhei com atividade rural

2. Qual a sua condição em relação à terra cultivada?

- Sou proprietário(a) Sou posseiro(a)
 Sou arrendatário(a) Sou parceleiro(a)
 Sou concessionário(a) do PNRA Sou permissionário(a) de áreas públicas

3. Qual a extensão do imóvel rural (em hectares)?

- Até 10 ha De 21 até 30 ha De 41 até 50 ha De 61 a 70 ha
 De 11 até 20 ha De 31 até 40 ha De 51 a 60 ha De 71 a 104 ha

4. Sua família já trabalhava na atividade, eram agricultores familiares?

- Sim
 Não

5. Se sim, os produtos cultivados permanecem os mesmos?

- Sim
 Não
 Não se aplica

6. Caso dê continuidade a atividade rural iniciada por sua família, houve alteração na forma de se produzir?

- Sim
 Não
 Não se aplica

7. O que mudou?

8. Havendo alteração, o processo produtivo atual é melhor ou pior?

- Melhor
 Pior
 Não se aplica

9. O que significa ser agricultor ou produtor rural para você?

10. Você trabalha na produção e na venda/distribuição dos produtos?

- Sim, em ambos

Não, apenas na venda/distribuição

11. Quem faz a gestão ou administração do estabelecimento rural?

Eu mesmo

Eu, mas conto com a ajuda de algum familiar

Um familiar meu

12. Qual a idade do gestor do seu estabelecimento rural?

Menor de 25 anos

De 25 a menos de 35 anos

De 35 a menos de 45 anos

De 45 a menos de 55 anos

De 55 a menos de 65 anos

De 65 a menos de 75 anos

De 75 anos ou mais

13. Qual seu nível de escolaridade?

Ensino fundamental

Ensino fundamental incompleto

Ensino médio

Ensino médio incompleto

Ensino superior ou pós-graduação

Nunca frequentei a escola

14. Você tem filho(s)?

Sim

Não

15. Você mora no estabelecimento rural?

Sim

Não

16. Se sim, há dificuldades para se deslocar até a cidade? Quais são elas?

17. Seu (s) filho (s) estuda?

Sim Nem todos

Não

18. Há escolas na comunidade? Há dificuldade de deslocamento para as pessoas que estudam?

Não sei responder

19. O município fornece transporte escolar? Em caso positivo, como é qualidade do serviço?

Não sei responder Não se aplica

20. Seu(s) filho(s) trabalham com você?

Sim

Não

- Nem todos
- Não se aplica

21. Seu(s) filho(s) têm interesse em continuar a atividade/trabalho rural?

- Sim
- Não
- Nem todos
- Não se aplica

22. Se nenhum ou nem todos tem interesse em continuar a atividade, quais os motivos?

- Não se aplica

23. Você gostaria que seus filhos continuassem o trabalho rural?

- Sim
- Não
- Não se aplica

24. Qual o motivo da resposta anterior?

- Não se aplica

25. Suas vendas/produção conseguem suprir a necessidade financeira total da família ou exige complementação?

- Sim
- Não
- Às vezes a complementação é necessária

26. Você se sente parte do agronegócio? O que você considera como agronegócio?

- Sim Não

27. Você vende ou vendeu seus produtos para mercados, supermercados, hortifrutis ou cooperativas?

- Sim Não

28. Caso não tenha vendido, gostaria de vender?

- Sim
- Não
- Não se aplica

29. Caso já tenha vendido ou tenha vontade de vender, quais os motivos?

30. Se você tivesse mais mercado, acredita que conseguiria produzir para atendê-lo?

- Sim
 Não
 Não sei responder

31. Já "pegou" empréstimo em bancos ou financeiras?

- Sim
 Não
 Sim, mas não pego mais.
 Não, mas gostaria.

32. Qual modalidade de crédito?

- PRONAF
 PRONAMP
 Outra
 Não se aplica

33. Não se tratando de crédito rural (PRONAF ou PRONAMP) porquê optou por outra linha de crédito?

- Não se aplica
-
-

34. Como foi o acesso ao crédito?

- Fácil
 Difícil
 Não se aplica

35. O valor liberado atendeu às suas necessidades?

- Sim
 Não
 Não se aplica

36. Houve dificuldade para quitação do crédito?

- Sim
 Não
 Não se aplica

37. A utilização do crédito foi para maquinário ou insumos?

- Sim
 Não
 Ambos
 Não se aplica

38. Você possui algum dos seguintes maquinários?

- Trator Semeadeiras/plantadeiras

- Colheitadeiras Não necessito desses maquinários
 Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário Não tenho, mas gostaria de ter

39. O município oferece algum tipo de incentivo/ajuda/auxílio? Se sim, qual seria?

40. Seus produtos são destinados apenas para a merenda escolar?

- Sim
 Não

41. Se não, onde mais vende?

- Na feira Outros _____
 Na minha propriedade

42. Qual a importância da Merenda Escolar para o orçamento de seu estabelecimento/propriedade?

- Toda a nossa renda vem da merenda Outros _____
 Metade da nossa renda vem da merenda

43. Sem o programa da Merenda Escolar você conseguiria manter seu padrão de lucro ou rendimentos?

- Sim
 Sim, mas me “descontrolaria” um pouco
 Não

44. Você conseguiu vender seus produtos durante a pandemia?

- Sim. Vendi para a Merenda Escolar Sim. Vendi de outras formas
 Sim. Vendi na Feira Livre Não consegui vender
 Sim. Vendi cestas de produtos (para retirada ou entrega em domicílio)

45. Durante o período da pandemia como foram suas vendas?

- Aumentaram Permaneceram da mesma forma
 Diminuíram

46. A documentação necessária para fazer parte da Merenda Escola quem prepara?

- A associação A associação e a EMATER-MG
 A EMATER-MG Eu mesmo

47. Alguma vez já deixou de fornecer produtos para a Merenda Escolar por falta de documentação?

- Sim
 Não

48. Quantos tipos de produtos você vende?

- Todos os relacionados na lista da Merenda Escolar
 A maior parte dos relacionados na lista da Merenda Escolar
 Metade dos relacionados na lista da Merenda Escolar
 Menos da metade dos relacionados na lista da Merenda Escolar

49. Você cultiva/vende produtos além dos relacionados na lista da Merenda Escolar? Se sim, quais?

- Sim. _____
 Não

50. A entrega dos alimentos da Merenda é feita no centro de distribuição da prefeitura, quantos quilômetros são percorridos para que essa entrega seja possível (ida e volta)?

- até 10 km de 31 a 60 km mais de 91 km
 de 11 a 30 km de 61 a 90 km minha associação faz a entrega

51. Caso a prefeitura solicitasse opiniões a para auxiliar, de alguma forma, os fornecedores da merenda escolar você teria alguma sugestão? Qual?

- Não tem sugestão
 Sim.

52. Há quanto tempo fornece alimentos para a Merenda Escolar?

- menos de 5 anos de 10 a 15 anos
 de 5 a 10 anos mais de 15 anos

53. Desde que começou a fornecer alimentos para a Merenda Escolar houve troca de prefeito?

- Sim
 Não
 Não sei responder

54. A mudança de prefeito já modificou para melhor ou pior a quantidade e diversidade de produtos entregues à Merenda Escolar?

- Sim
 Não
 Não sei responder

55. Suas vendas/produção conseguem suprir a necessidade financeira da família ou há necessidade de complementação através de atividades não rurais?

- Sim Não

56. Seu estabelecimento é cadastrado na EMATER-MG?

- Sim Não

57. Você conhece algum tipo de benefício por ser cadastrado na EMATER-MG?

- Sim Não

58. A associação a que pertence, foi difícil se associar?

- Sim Não

59. Em caso de dificuldade, o que poderia ser feito para que o acesso fosse facilitado?

60. O que a associação, a que faz parte, lhe proporciona?

61. Há algum custo ou condição para ser associado?
